

Vida Económica

05-06-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Economia/Neócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 26000

Temática: Economia

Dimensão: 485

Imagem: S/Cor

Página (s): 33

## “A fraude tem um impacto avassalador nas empresas”



Aurora Teixeira, docente da FEP, fala à “Vida Económica” da corrupção e do peso que tem atualmente no panorama económico europeu: cerca de 120 mil milhões de euros.

“A corrupção está intimamente ligada à fraude, que afeta diretamente as empresas”. E estas “estão cada vez mais alerta para o impacto financeiro – e não só, também económico, de longo prazo – da fraude” e, por isso mesmo, “interessadas em combatê-la”.

Quem o diz é Aurora Teixeira, presidente da Comissão Organizadora da 3ª Conferência de Perceção Interdisciplinar da Fraude e Corrupção, que este ano vai debater ‘Os Custos do Crime Económico’, em entrevista à “Vida Económica”.

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

“A fraude tem um impacto avassalador nas empresas”. E estas estão conscientes do impacto que, por exemplo, episódios de fraude organizacional como o do BES/ GES criam nos colaboradores, nomeadamente na sua produtividade. E que “pode pôr em causa a sua atividade económica”.

“Não se trata meramente de um impacto contabilístico e financeiro”, diz a docente da FEP. Aliás, “se olharmos para o caso BES, em termos organizacionais podemos ver isso”, uma vez que “a sua produtivida-

de decaiu pelo facto de os colaboradores estarem a ser constantemente enxovalhados, porque são a face visível do banco”. E isso leva a que tenham de “criar forças para responder aos novos desafios” derivados do problema. Por isso, a fraude organizacional não só tem um impacto económico e na produtividade, como, por consequência, “ao nível da competitividade das empresas, porque possivelmente os seus clientes vão diversificar para outras empresas” e isso reflete-se negativamente no seu posicionamento no mercado.

Aliás, diz a docente da FEP, o OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão da Fraude, de que faz parte, “desde 2012 que organiza conferências temáticas, envolvendo pessoas ligadas à Economia e a todos os quadrantes: do Jornalismo ao Direito, à Sociologia, à Criminologia e à Informática (por causa do ciber-crime), de modo a que os investigadores venham trocar experiências e possamos obter mais e melhor informação sobre estes fenómenos”. Fenómenos em relação aos quais, “apesar de existirem estimativas quanto à sua magnitude e impacto, há ainda muito a fazer para chegar a números mais rigorosos e também às implicações na vida de todos nós”.

**“A Justiça tem sido sempre muito lenta”**

A “Vida Económica” questionou ainda a docente da FEP sobre o relatório europeu de anticorrupção de 2014, que evidencia o peso que a corrupção tem atualmente no panorama económico europeu: cerca de 120 mil milhões de euros. E perguntou-lhe se há dados em relação a Portugal.

A resposta foi pronta: “estes são números conservadores”, começa por dizer, explicando que “há rankings que nos dizem que Portugal está mais ou menos a meio da tabela”, embora “a maior parte deles” sejam “feitos com base em perceções, ou seja, com base no que as pessoas dos países pensam sobre a corrupção”.

“O que há em Portugal – e que tem sido feito pelo meu colega Oscar Alfonso, presidente do OBEGEF –, são estimativas relativamente à economia subterrânea, que também acaba por ser um indicador”, acrescenta Aurora Teixeira. E explica que, nos 120 mil milhões de euros citados no estudo, está “o crime económico no seu conjunto e, dentro deste, uma componente que tem a ver com o suborno, a corrupção, o cibercri-

me, a utilização indevida de fundos, etc.”.

Questionada ainda sobre como é que tem sido o desempenho da Justiça no julgamento destes casos, a docente da FEP não hesita: “a Justiça tem sido sempre muito lenta. Demora muitos anos a apurar responsabilidades”, diz. Tanto mais porque, “nestes casos em que a prova é muito débil e não há evidências que possam ser apresentadas em tribunal, apesar de existirem indícios, eles são muito difíceis de provar. E, regra geral, no fim conclui-se que não há suficiente prova para julgar”. Além de que, conclui, “não temos na Justiça recursos suficientes, capazes, especializados, dirigidos a este tipo de crime”. Já “começa a haver essa sensibilidade, mas ainda estamos numa fase embrionária”.